

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA - CAMPUS ARARANGUÁ

RICARDO TEIXEIRA CANARIN

**A FORMAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS NO ÂMBITO DE UMA ESCOLA
INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO “PROEJA BILÍNGUE DE
INFORMÁTICA BÁSICA” DO IF-SC, CAMPUS SÃO JOSÉ.**

ARARANGUÁ

2011

RICARDO TEIXEIRA CANARIN

A FORMAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS NO ÂMBITO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO “PROEJA BILÍNGUE DE INFORMÁTICA BÁSICA” DO IF-SC, CAMPUS SÃO JOSÉ.

Monografia apresentada ao Programa de Pós Graduação Lato Sensu em PROEJA, do Instituto Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos).

Orientador: Werther Alexandre de Oliveira Serralheiro.

Co-orientador: Claudio Ferreti

ARARANGUÁ

2011

Ficha Catalográfica

C213f Canarin, Ricardo Teixeira

A Formação das Pessoas Surdas no Âmbito de uma Escola Inclusiva: um estudo de caso no curso “PROEJA Bilíngue de Informática Básica” do IF-SC, Campus São José / Ricardo Teixeira Canarin.

48 f. : il.

Monografia (Especialização) – Instituto Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2011.

Werther Serralheiro (Orient.).

1. PROEJA. 2. PROEJA – Inclusão. I. Título

CDD 374.01

Catalogado na Fonte por:
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB14/1148
Biblioteca do IF-SC – Campus Araranguá

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SANTA CATARINA**

PARECER DE VIABILIDADE

Ao analisar o Trabalho de Conclusão de curso de especialização em PROEJA elaborado pelo aluno RICARDO TEIXEIRA CANARIN, intitulado **A FORMAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS NO ÂMBITO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO “PROEJA BILÍNGUE DE INFORMÁTICA BÁSICA” DO IF-SC, CAMPUS SÃO JOSÉ**, constato que o mesmo atende às exigências necessárias para ser encaminhado à banca examinadora.

Araranguá, Dezembro de 2011.

Orientador: Werther Alexandre de Oliveira Serralheiro

Cláudio Ferreti – Co-orientador

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SANTA CATARINA**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO – MONOGRAFIA

Eu, RICARDO TEIXEIRA CANARIN, brasileiro, casado, professor – Licenciado em Letras, com Habilitação Plena em Português/Inglês, residente à Rua Ezio Lima 555, Içara, Santa Catarina, portador do documento de identidade nº: 3694271, emitido pela SSP/SC, na qualidade de titular dos direitos morais e patrimoniais de autoria da OBRA apresentada no IF-SC Campus Araranguá em outubro de 2011, com base no disposto na Lei Federal N. 9.160, de 19 de fevereiro de 1998:

1 (X) AUTORIZO O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA– IF-SC, a reproduzir, e/ou disponibilizar na rede mundial de computadores – Internet – e permitir a reprodução por meio eletrônico, da OBRA, a partir desta data e até que manifestação em sentido contrário de minha parte determine a cessação desta autorização.

2 () NÃO AUTORIZO o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA– IF-SC, a reproduzir, e/ou disponibilizar na rede mundial de computadores – Internet, e permitir a reprodução por meio eletrônico, da OBRA.

Araranguá, 02 de Dezembro de 2011.

Assinatura do aluno: _____

Ciente do Orientador: _____

Ciente do Co-orientador: _____

DEDICATÓRIA
À minha esposa,
Gisele Joaquim Canarin
que me motivou para iniciar
esse trabalho e esteve presente
durante sua realização e conclusão.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me iluminar quando as coisas pareciam impossíveis;

À minha esposa por estar ao meu lado sempre me incentivando;

Aos meus pais por me incentivarem a ir em frente;

Ao professor Werther Alexandre por ser meu orientador e incentivador durante a realização deste trabalho.

Ao professor Cláudio Ferreti que aceitou contribuir com este trabalho como co-orientador

Ao Instituto Federal por permitir a pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho;

A todos os professores que compartilharam seus conhecimentos engrandecendo ainda mais os nossos;

Aos alunos do PROEJA, que aceitaram responder as entrevistas, colaborando para a realização do deste trabalho;

Obrigado a todos, pois o sucesso individual, sempre tem a participação do grupo a sua volta.

*“Ninguém educa a ninguém, ninguém
tampouco se educa sozinho, os homens
e as mulheres se educam entre si,
mediatizados pelo mundo”. (Freire, 1993)*

RESUMO

O presente trabalho pretende abordar as questões sobre a importância de instituições escolares, como instituições sociais preocupadas com a formação das pessoas surdas. Assim, discutir o problema de acesso e permanência, nas instituições de ensino, dos alunos surdos, e as dimensões contextuais no Brasil desse alunado. Os problemas encontrados e destacados no decorrer do texto nos possibilitam refletir e analisar, a questão da formação das pessoas surdas. Destacamos que a sociedade se estrutura de forma excludente para essa parcela da população na permanência da subalternidade. Pretendemos, durante o trabalho, buscar indícios para caracterizar a formação do sujeito surdo, que potencialize a emancipação, concorrendo para a libertação do surdo das tutelas a que se encontra submetido, pelo fator linguístico. Esta pesquisa objetiva coletar dados por meio de entrevistas semi estruturadas com ex-alunos, e professores do curso de PROEJA bilíngue de informática básica, do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José. Desse modo o referido trabalho pode oferecer um panorama qualificável da situação de inclusão da Instituição de Ensino, e a perspectiva inclusiva na visão dos alunos e professores pesquisados.

Palavras - chaves: Inclusão – libertação – sociedade – formação.

ABSTRACT

This study addresses questions about the importance of educational institutions as social institutions concerned with the education of deaf people. So, discuss the problem of access and retention in educational institutions, deaf students, and contextual dimensions that student in Brazil. The problems encountered and highlighted throughout the text allow us to reflect and analyze the issue of education of deaf people. We point out that society is structured so exclusive to this population in the permanence of inferiority. We intend, at work, seeking clues to characterize the formation of the deaf subject, to boost the emancipation, contributing to the release of the guardianship of the deaf that is submitted by the language factor. This research aims to collect data through semi-structured interviews with former students and professors of PROEJA bilingual basic computer, of Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São José. Thus such work can provide an overview of the situation qualifying inclusion of education institution, and inclusive perspective view of the surveyed students and teachers.

Words - key: Included - release - company - training.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEFET – Centro Federal de Educação e Tecnologia

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Integral e Continuada

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

LBDEN - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

ONU - Organização das Nações Unidas

PROEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos

PROEJA/FIC - Programa de Educação de Jovens e Adultos/Formação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	13
2.HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	15
2.1.A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E O PROEJA.....	18
3.HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....	21
3.1. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SURDO NO BRASIL.....	23
4. O CAMINHO PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	25
5. METODOLOGIA.....	30
6. CONTEXTUALIZAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - CAMPUS SÃO JOSÉ E O CURSO PROEJA BILÍNGUE.....	31
6.1.ENTREVISTAS COM EDUCADORES.....	33
6.1.2. AVALIAÇÃO DO CURSO PELOS EDUCANDOS.....	40
6.2.IDENTIFICAÇÃO DAS MUDANÇAS.....	40
7.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
8.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
APÊNDICE.....	47

1. INTRODUÇÃO

O referido trabalho mostra algumas discussões e reflexões sobre a história e processos culturais que envolvem o aluno surdo, em uma sociedade que ainda está se preparando para a inclusão. Ao fazer uma análise do processo histórico e cultural do surdo, dentro de suas relações com a sociedade e a escola, podem-se encontrar meios para uma real inclusão. “Nesta perspectiva os aspectos históricos dos sujeitos surdos podem nos revelar e ajudar a entender o seu modo de interpretar o mundo, conseqüentemente rever os processos pedagógicos para que se crie uma melhor relação desses indivíduos na sua vida escolar, como também social.” (MACHADO, 2008, p. 25).

Os sujeitos surdos pela sua condição auditiva enfrentam dificuldades com a língua do grupo social, no qual estão inseridos. No caso de crianças surdas, “o atraso de linguagem pode trazer conseqüências emocionais, sociais e cognitivas, mesmo que realizem aprendizado tardio de uma língua.” (GOLDFELD, 2002, p. 16). Devido às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, “observa-se que as pessoas surdas podem encontrar defasagens de escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento¹ aquém do esperado para sua idade.” (GOLDFELD, 2002, p. 18)

A realidade encontrada no Curso PROEJA² Campus São José, chama a atenção pela estrutura organizacional criada para receber o aluno surdo. As salas de aula devidamente adaptadas, interprete de LIBRAS, para todas as disciplinas que são ministradas por professores ouvintes, haja vista que, muitas disciplinas são lecionadas por instrutores surdos, para facilitar, assim, a socialização do aluno surdo.

Deste modo, é constatado que no aspecto estrutural, político e humanístico, o curso PROEJA de informática básica do IF-SC³, está devidamente preparado para acolher os alunos surdos. A partir dessa análise da estrutura organizacional do referido curso traçamos os seguintes objetivos: 1) analisar e discutir o processo

¹ Nos referimos aos conhecimentos que são apresentados no âmbito escolar.

² Curso de ensino fundamental bilíngue Libras-Português com profissionalização em Informática Básica, o **Proeja Bilíngue**.

³ Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São José

evolutivo de inclusão do surdo no PROEJA; 2) conhecer alguns aspectos do cotidiano do aluno surdo, para melhor entender suas relações sociais; 3) identificar algumas práticas pedagógicas utilizadas no PROEJA Campus São José, que possibilitem a formação e inclusão do aluno surdo. Ao alcançar esses objetivos podem-se responder algumas indagações como: Devido às dificuldades acarretadas pela questão da linguagem, o aluno surdo do PROEJA, pode se encontrar defasado no que diz respeito à escolarização e socialização dentro do referido curso? O curso PROEJA do Campus São José possibilitou mudanças significativas na vida escolar/social/profissional do aluno surdo? Ao encontrar as devidas respostas é possível analisar como está a situação do aluno surdo do PROEJA Campus São José, pois, o documento base do PROEJA (2006), contempla a integração entre o ensino médio e o profissionalizante, deixando a cargo da instituição de ensino a responsabilidade de incluir e dar condições aos alunos, e no caso do aluno surdo essas condições deverão ser pensadas para indivíduos que talvez encontrem dificuldades maiores do que a simples comunicação.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos em nosso país, se fará necessário para uma melhor compreensão das mudanças ocorridas na percepção social desse nível de educação.

Segundo Piletti (1996), historicamente os primeiros vestígios da educação de adultos no Brasil são perceptíveis durante o processo de colonização, após a chegada dos padres jesuítas no ano de 1549. Os Jesuítas dominaram a educação com o intuito de difundir o catolicismo e educar a elite dominante da época.

Durante dois séculos (1549-1759), foram os Jesuítas, os principais responsáveis pela educação brasileira, educando também os filhos dos senhores de engenho, dos colonos, dos índios e dos escravos. A todos procuravam transformar em filhos da companhia de Jesus e da igreja, exercendo grande influência em todas as camadas da população. Após a expulsão dos jesuítas, ocorreu uma desorganização⁴ do ensino, no período que se segue.

Em caráter internacional, em 1949 ocorreu, na Dinamarca, a I Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Na visão de Gadotti (1995) “a educação de adultos foi concebida como uma espécie de educação moral. A escola não havia conseguido evitar a barbárie da 2^o guerra. Ela não havia dado conta de formar o homem para a paz” (p. 30). Por esse motivo sugeria a educação continuada para jovens e adultos, “mesmo depois da escola” (*id.*). O que se percebe é que a conferência referia-se ao adulto alfabetizado e não a grande massa de cidadãos fora da escola como havíamos naquele momento da história brasileira. O que o autor parece dizer é que a Conferência foi “direcionada muito fortemente para o crescimento dos países europeus, devastados pela 2^a Guerra mundial. É dessa época, também, a criação da declaração Universal dos Direitos Humanos. Eram os entendimentos da época, atuais inclusive em nossos dias”. (SIQUEIRA, 2007, p. 4)

Neste período do fim da década de 40 e início de 50, surgiram iniciativas governamentais para erradicação do analfabetismo, após o início do processo de industrialização do Brasil. No final dos anos 50, surgem duas tendências significativas na Educação de Jovens e Adultos: a educação libertadora de Paulo

⁴ A população fica semi-estruturada por falta de interesse na instrução. Até hoje isto é realidade de algumas cidades brasileiras.

Freire e a educação funcional que previa a valorização do homem através do conhecimento das técnicas de leitura, escrita e cálculo.

Mas, somente no ano de 1958, após o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação de Paulo Freire, que as portas se abriram para o problema da alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964.

Segundo Cunha et al (1999), na década de 70 foi criado o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) com o objetivo de controlar a alfabetização da população.

Ao longo dos anos 70, o Mobral diversificou sua atuação visando a sua sobrevivência e, mais para o final do período, a responder às críticas em relação à falácia dos números que apresentava como resultado ou à insuficiência do domínio rudimentar da escrita que era capaz de promover. Um dos desdobramentos mais importantes nessa linha de diversificação foi à criação de um programa que correspondia a uma condensação do antigo curso primário, assentando as bases para a reorganização de iniciativas mais sistêmicas que viabilizassem a continuidade da alfabetização em programas de educação básica para jovens e adultos. Contudo, somente na década de 90, com fim da ditadura e os crescentes interesses internacionais no país, que recebe incentivos para a realização de muitos programas de erradicação do analfabetismo.

A UNESCO dentre os organismos internacionais, teve um papel fundamental na difusão das propostas de educação de jovens e adultos, uma vez que ela passa a estimular a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos. E cria um conceito de educação funcional propondo uma metodologia especial para educação de adultos, visto o avanço da idade e inabilidade com as letras, do público desse nível de educação.

O presente momento histórico (século XXI) deve ser encarado como ponto de partida para uma sociedade mais justa e igualitária, ou seja, equânime na igualdade de direitos e deveres, pois, as questões de reconhecimento, justiça social, igualdade, diversidade e inclusão são postas na pauta social e política enquanto questões de ordem. Embora tais questões sempre fizessem parte do desenvolvimento da própria educação de jovens e adultos no país, nem sempre elas foram reconhecidas pelo poder público na vanguarda das políticas públicas do acesso à educação desse público.

As mudanças que hoje assistimos nesse quadro devem e, muito, à ação política dos movimentos sociais à luta dos trabalhadores em educação, que, aos poucos, conseguiram introduzir tais questões na agenda das políticas educacionais⁵.

É de suma importância que as questões ligadas à justiça social, ao trabalho e à diversidade social estejam presentes nas diversas instituições educativas e em todos os níveis e modalidades de educação.

Ao introduzir essas reflexões na sociedade, os movimentos sociais podem explicitar para o Estado, à sociedade e instituições de ensino em geral, a luta de forças e de relações de poder (luta pela hegemonia) nos quais se apóiam, historicamente, algumas discussões hegemônicas sobre os direitos humanos. Denunciam que, por detrás de muitos desses discursos, prevalece a concepção de humanidade que nega a diversidade e reforça um determinado padrão de humano: branco, masculino, de classe média, heterossexual e ocidental.

Por isso, é preciso compreender a diversidade como a construção histórica, cultural, social e política das diferenças (HALL, 2003). Ela é construída no processo históricocultural do homem e da mulher, no meio social e no contexto das relações de luta e de poder.

A produção social, cultural e histórica das diferenças não é problemática em si. A questão que se coloca é que, no contexto das relações de poder, os grupos humanos não só classificam as diferenças como, também, hierarquizam-nas, colocam-nas em escalas de valor e, nesse processo, subalternizam uns em relação a outros. Quando os vínculos sociais se quebram, devido a processos autoritários, ao uso da força e à colonização, o poder se exacerba, a ponto de um grupo (país, nação, etnia etc) excluir, discriminar e segregar o outro, devido a suas diferenças. Nesse processo, as diferenças são transformadas em desigualdade. (CONAE, 2010, p. 128).

É importante compreender que a luta pelo reconhecimento e o direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais em diversas ordens. Pelo contrário, ela coloca em questão a forma desigual pela qual as diferenças vêm sendo historicamente tratadas na sociedade, na escola e nas políticas públicas em geral.

As questões da diversidade étnico-racial, de gênero, de idade e de educação para pessoas com necessidades específicas em especial, visa à superação de

⁵ Essa ideia pode ser melhor explanada a partir do texto de Bollmann e Aguiar (2011, p. 61-80) intitulado, Movimentos sociais em educação e suas contribuições à política educacional brasileira.

práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes e almeja a justiça social colocada em todas as instâncias de educação, principalmente no ensino de jovens e adultos, independentemente da sua natureza e do seu caráter.

É a partir do pensamento de democratização e do entendimento sobre a diversidade que podemos lutar pelos direitos dos cidadãos. Nesta perspectiva pode existir uma inclusão social em todos os âmbitos sociais e/ou acadêmicos.

Porém, medidas governamentais foram imprescindíveis para que chegássemos à atualidade com um grande número de jovens e adultos inseridos nos sistemas de ensino regular. A mais importante delas para a educação de jovens e adultos, foi à inserção feita pelo MEC, na qual instituiu esta modalidade de ensino como parte integrante do ensino básico. E outra grande conquista foi à criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA que possibilitou não só a conclusão do ensino básico, mas também sua profissionalização, que permite maior valorização no mercado de trabalho⁶.

2.1. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o PROEJA

A partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 1996, a Educação de Jovens e Adultos, é classificada como integrante da Educação Básica, portanto a mesma deve proporcionar um ensino de qualidade visando à formação plena do indivíduo.

Trata-se de um nível de ensino com importante função social, uma vez que se encarrega de reparar as desigualdades e proporcionar nova oportunidade àqueles alunos que não concluíram o ensino regular, essa modalidade de ensino tem enfrentado muitos entraves no contexto social e educacional.

⁶ Para expressar melhor o que entendemos por *trabalho* citaremos um trecho da CONAE 2010, [...] a sociedade deverá se inspirar em relações de trabalho que vão além da teoria do capital humano, na perspectiva de construção de um mundo sustentável que considere a reinvenção democrática do trabalho. Nesta perspectiva, o trabalho é entendido como uma forma sustentável de relação social mais democrática, que não se reduz à produção e ao capital financeiro. Para que tal aconteça, as políticas públicas voltadas para o trabalho, à luta pela relação salarial justa e o trabalho como direito do/da cidadão/ã e como princípio educativo são desafios colocados na perspectiva da justiça social. No caso da educação escolar, esta concepção se combina à formação cidadã e profissional. (CONAE, 2010)

Buscando ampliar os programas educacionais e implantar a profissionalização na educação dos jovens e adultos, o MEC criou o Documento Base do PROEJA. Surge, a partir desse momento, o desafio da construção e consolidação desta proposta educacional que pretende formar profissionais capazes de inserir-se no mercado⁷ com amplo domínio de conhecimento na área a qual escolheu se profissionalizar.

Neste contexto segundo (SIQUEIRA, 2007), em 24 de junho de 2005, o Governo federal promulga o Decreto nº 5.478 e institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o “Programa de Integração da Educação Profissional ao ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA”. Esse decreto é exclusivo para as instituições federais. E obriga essas instituições a oferecer dez por cento de suas vagas ao PROEJA, destinado a jovens acima de 18 anos e a adultos trabalhadores que já tenham o ensino médio fundamental.

Em 13 de julho de 2006, o decreto nº 5.840, amplia o “PROEJA” para outras instituições. Tornando-se assim um programa “Nacional” e não mais institucional.

Para isso busca-se incluir, processos de aprendizagem diferenciados e contínuos de construção de conhecimentos.

A partir da promulgação do documento base do PROEJA, os alunos do ensino de jovens e adultos, encontra nessa modalidade o direito de ser incluído no sistema regular de ensino e optar por uma profissionalização em nível técnico.

Algumas das principais mudanças na estrutura organizacional dos cursos PROEJA foram: a ampliação da possibilidade de adoção de cursos PROEJA em instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical e à ampliação de sua abrangência, possibilitando, também, a articulação dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores com ensino

⁷ Objetivando a “articulação entre justiça social, educação e trabalho - que leve em consideração a inclusão, a diversidade, a igualdade e a equidade - precisa ser mais do que uma frase retórica. Em uma sociedade democrática, ela se cumpre por meio da vivência cotidiana da democracia, do exercício da cidadania – e representa a participação de um número cada vez maior de pessoas, de forma equânime –, da garantia dos direitos sociais (dentre eles, a educação), da justa distribuição de renda ou riqueza. Uma democracia que não nega e nem se opõe à diversidade, antes, a incorpora como constituinte das relações sociais e humanas e, ainda, se posiciona na luta pela superação do trato desigual dado à diversidade ao longo da nossa história econômica, política e cultural.” (CONAE, 2010)

fundamental na modalidade EJA – sendo que no IF-SC, Campus São José o PROEJA começou em 2006, no segundo semestre, em Refrigeração e Condicionamento de Ar.

3. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Segundo Goldfeld (2002), fazer um breve relato da história do surdo na sociedade se faz necessário para poder contextualizar as práticas educacionais e clínicas vigentes.

Entre o ano 1 d.C e o início da Idade Moderna, as referências sobre a surdez são poucas, mas no neste momento histórico a religião, com sua força, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, um ser perfeito, colocava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. Assim, os que não obedeciam esses padrões eram postos a margem da sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 30)

A sociedade encarava os surdos como pessoas incapazes e até mesmo algo demoníaco, a surdez era sempre relacionado a algo negativo. Goldfeld (2002) ainda relata a condição subumana em que os surdos se encontravam, a autora diz que, na antiguidade os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonadas ou sacrificadas.

Essa realidade fez com que o surdo não tivesse o direito de ser educado, por entender-se que era incapaz. Essa ideia permaneceu até o século XV, período em que viviam sem frequentar a escola, sem vida social. Eram considerados apenas um grande peso para a sociedade ouvinte.

Somente a partir do século XVI, é que se criou a consciência de que o surdo deveria ser educado. Após muitas divergências e preconceitos, alguns educadores enfrentaram paradigmas e começaram a criar métodos de ensino para o surdo.

Os métodos criados se basearam em muitos vértices, Goldfeld (2002), faz a descrição de alguns mais utilizados:

[...] alguns se basearam apenas na língua oral, ou seja, a língua auditivo-oral utilizadas em seus países, como o francês o inglês, etc. outros pesquisaram e defenderam a língua de sinais, que é uma língua espaço-visuo-espacial criada através de gerações pelas comunidades de surdos. Outros ainda criaram códigos visuais, que não se configuram como uma língua, para facilitar a comunicação com seus alunos surdos. Até hoje existem diversas correntes com diferentes pressupostos em relação à educação do surdo. (GOLDFELD, 2002, p. 28)

Apesar dessas divergências de pensamentos e métodos foi possível atingir resultados satisfatórios, provando, então, que o surdo era realmente capaz de aprender, e desenvolver habilidades que até então eram desconhecidas. O monge beneditino Pedro Ponce de León (1520-1584) ensinou quatro surdos a falar três línguas, e ainda lhe deu alguns conceitos de física e astronomia, deixando clara a capacidade do surdo para aprender, conforme relata Goldfeld (2002 p.28).

No ano de 1750, na França, Abade Charles Michel de L'Épée, cria segundo Goldfeld (2008), uma das grandes revoluções no ensino do surdo após pesquisar o cotidiano dos surdos, que frequentavam as ruas de Paris, aprendeu com essas pessoas a língua de sinais e criou os "sinais metódicos", uma espécie de fusão da língua de sinais com a gramática sinalizada.

Abade teve grande sucesso e revolucionou o ensino do surdo, e foi um dos grandes defensores da gratuidade do ensino para surdos, independente da sua situação financeira.

No século XVIII, chegou-se a grandes avanços no ensino do surdo, foi um período marcado por um grande aumento de escolas para esse público, e o ensino mostrou-se de qualidade, alcançando seus objetivos. Nessa época houve um grande aumento na escolarização do surdo, e ele poderia aprender outras disciplinas do currículo em língua de sinais.

Apesar do grande avanço conseguido pelos professores e alunos se comunicando através da língua de sinais, em 1860 o método oral retorna as escolas ganhando força.

Diversos professores começaram a investir no aprendizado da língua oral pelos alunos surdos, e neste entusiasmo surgiu a idéia defendida por alguns profissionais até hoje, de que a língua de sinais seria prejudicial para a aprendizagem de língua oral. (GOLDFELD, 2002, p.30)

Tendo em vista a dúvida de qual método deveria ser usado na educação do surdo em 1880, foi realizado um congresso realizado em Milão, para abrir uma votação e definir qual o método mais eficaz. O método oral foi o mais votado, ficando assim proibido utilizar a língua de sinais. É importante ressaltar que esse congresso foi organizado por uma maioria ouvinte e oralista, sendo que apenas 3 dos 255 participantes eram surdos, com o objetivo específico de dar força de lei às propostas de trabalho na modalidade oral na educação de surdos. (OLIVEIRA, p. 45)

A partir desse momento a educação dos surdos sofre um grande impacto, os professores começaram a se dedicar a ensinar a língua oral para o surdo, que por sua vez dedicava-se quase integralmente para aprender essa língua, desconsiderando as outras disciplinas; conseqüentemente o nível de escolarização entre os surdos caiu bruscamente.

Não havia mais surdos falantes que sabiam matemática, história, geografia, ou outras disciplinas, mas, existiam sim, vários surdos que tentando aprender a língua oral se desproviavam de outros conhecimentos que não eram menos importantes do que a oralização.

O método do oralismo começou a perder força a partir de 1970, quando as opiniões começaram a divergir e várias pesquisas surgiram sobre a língua de sinais mostrando o evidente progresso do surdo, e o grande número de professores insatisfeitos com o método oral, bastaram para mudar a concepção oralista de ensino.

Segundo relato de Goldfeld (2002), a inserção da língua de sinais novamente na educação do surdo a partir de 1970, possibilitou a percepção de que não é a língua que promove o conhecimento, mas, sim a comunicação em um todo. Surgindo então a filosofia bilíngue que está presente até a atualidade. O bilinguismo defende o uso de duas línguas no contexto escolar, sendo a primeira língua a de sinais e a segunda a língua oficial do país, no caso do Brasil seria a Língua Portuguesa.

3.1. A Educação do Surdo no Brasil

No Brasil, o início da educação do surdo é tardia, somente em 1855, foram ensinadas duas crianças surdas, que tiveram como mestre o professor surdo Francês Hernet Huet, trazido pelo imperador D. Pedro II. Então em 1857 foi fundado o Instituto Nacional do Surdo-mudo, que, atualmente tem o nome de Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES).

Esse mesmo Instituto em 1911, seguindo os modelos estrangeiros também sofreu influência do oralismo, e a língua de sinais foi proibida em sala de aula.

Goldfeld (2008), relata que somente na década de 1970, iniciou-se no Brasil a chamada comunicação total e o bilinguismo.

Graças à insistência dos alunos que após as aulas se comunicavam nos corredores na linguagem de sinais, conseguiu-se manter essa linguagem viva e hoje a sociedade começa a aceitar a pessoa surda respeitando sua diferença. A língua de sinais é o canal de comunicação direta do surdo com o mundo, e a Língua Portuguesa tornou-se conseqüentemente a sua segunda língua.

Segundo Goldfeld, as línguas de sinais são línguas naturais, que utilizam o canal visuo-manual, criadas por comunidades surdas através de gerações. A partir da década de 80, percebe-se que havia a necessidade de inserir socialmente esta língua e cultura a sociedade.

No ano de 1983 foi composta a comissão de Luta pelos direitos dos Surdos, que possibilitou o acesso aos surdos na participação de decisões educacionais e políticas da área. (OLIVEIRA, 2011, p. 56)

Em 1994, o Brasil começa a utilizar a abreviação “LIBRAS” para designar a língua brasileira de sinais, que é utilizada nas escolas. Ainda hoje existem muitas divergências sob os métodos de ensino para o aluno surdo, entretanto, no Brasil entende-se que o método bilíngüe deve ser utilizado, por ser uma realidade internacional e a que se provou mais eficaz até agora.

Nesta perspectiva, é importante salientar, que um número considerável de surdos doutores e mestres, advogam o bilinguismo como fonte de acesso ao conhecimento. Isto envolve considerar o surdo um sujeito direito, tendo como amparo legal a declaração da UNESCO, onde o indivíduo tem o direito de ser educado em sua língua natural, ou seja, materna, por isso a grande batalha dos surdos em provar que a língua mais compatível com sua condição surda é a, visuo-espacial e língua sinalizada. Deste ponto de vista, o surdo não é considerado um deficiente ou uma pessoa com necessidades específicas e sim pessoa de direito que necessita de condições linguísticas e cognitivas adequadas, para a sua aprendizagem, mais semelhante aos superdotados do que aos “deficientes”.

4. O CAMINHO PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tradicionalmente, no Brasil, é a educação especial que tem sido incumbida de educar as pessoas com necessidades específicas. Somente no final do século XX, começam a surgir discussões sobre educação inclusiva e surge a necessidade de se incluir, de forma total, a pessoa com necessidade específica e respeitar sua diferença.

Buscando apoio histórico, é possível compreender melhor o processo de educação inclusiva e a forma como vem sendo implantado no Brasil.

Segundo Prieto (2006), nas décadas de 60 e 70, várias propostas foram construídas para o atendimento dos então “deficientes” com intenção de aproximá-los dos demais alunos. Porém, esse é um momento em que o Brasil vive intensas mudanças políticas, resultando numa crise nacional em grandes proporções. O sistema educacional brasileiro estava muito defasado em relação ao desenvolvimento do país, era preciso uma mudança imediata envolvendo todo sistema.

Nesta mesma época se inicia em diferentes países uma importante mobilização pública a favor da integração educacional de alunos com alguma necessidade específica. O objetivo era conseguir condições educacionais apropriadas para as crianças, dentro de uma escola do ensino regular. Uma grande aceitação dessa ideia na Europa, fez com que rapidamente os países da América do Sul, aderissem a esse movimento, buscando a integração dos alunos com alguma necessidade específica. No Brasil a ideia ainda era muito recente e sem amparo legal, e há pouco tempo fora acrescentado a Lei de Diretrizes e Base (LDB).

Em março de 1990, foi realizada, em Jomtien, Tailândia, a conferência sobre a educação para todos, onde participaram representantes de governos, agências internacionais, organismos não governamentais, associações profissionais e personalidades de destaque no âmbito escolar internacional. Esse evento ficou marcado pela construção de um documento onde os governos, participantes, se comprometeriam a garantir uma Educação Básica de qualidade para crianças, jovens e adultos. O encontro de Jomtien ficou marcado no âmbito educacional, como um divisor de tempos, ficando bem definido: antes da sua existência e depois.

Uma das iniciativas criadas após esse evento foi à criação do Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos, encarregado de acompanhar a implantação do programa a nível mundial. Essas ações mostraram resultados logo nos dois primeiros anos de implantação.

Entretanto, no Brasil, essa realidade ainda demonstra alguns aspectos negativos, como afirma Carvalho:

[...] a legislação é sem dúvida, um instrumento político e social de natureza mandatária. Em países em desenvolvimento, como o nosso, esta característica não tem prevalecido. Não nos faltam leis ou artigos em leis que garantam os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Nosso problema não reside na inexistência de leis; pelo contrário. O que nos falta é garantir seu cumprimento. (CARVALHO, 1997, p.31)

Mesmo encontrando alguns problemas na questão de garantir as leis de inclusão do surdo, tema norteador do nosso trabalho. Um grande avanço foi dado com a criação da lei 10.436/02, que reconheceu a Língua Brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão, garantindo o seu uso e inclusão da disciplina de Libras, no currículo dos cursos de formação de professores.

A implantação deve ser feita de forma mais ampla segundo Mantoan;

[...] a inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade rompida por formas segregadoras de ensino regular. (MANTOAN, 2006 p.16)

Segundo Almeida, Dias e Petraglia (2010, p. 172), a inclusão é definida como “o estado daquilo ou de quem está incluso, inserido, implicado; é a introdução de alguém em um grupo, e indica uma atitude volitiva ou um ato conduzido”. Por isso não se pode incluir alguém na sociedade, pois todos pertencem a alguma sociedade. Podemos sim, incluir alguém em uma dada sociedade justificando a mudança de camada ou status social dos subalternos, por exemplo. Por outro lado, exclusão é, “não ter compatibilidade com alguém, deixar de admitir, privar, despojar, não deixar entrar, afastar” alguém de um determinado lugar.

Nessa perspectiva, os autores afirmam que as definições de inclusão e exclusão demandam análises em que se alcance uma ordem política, social, cultural e ética destituidores dos momentos de subjugação/subalternização real ou

imaginária, realizadas por práticas sociais originadas no preconceito e no estereótipo.

As exposições das desigualdades sociais é mostrada ao longo dos anos pelos meios midiáticos dominadas, muitas vezes pelas camadas dominantes deixaram marcas visíveis e modelaram sociedades segregadoras baseadas no argumento da incapacidade, da meritocracia e da culpabilidade dos subalternizados.

É necessário entender os processos de inclusão e exclusão não são determinados pelo sujeito, mas pelas características da sociedade e pelos modos de organização da mesma. Portanto, “a categoria inclusão social não deve ser pensada somente na perspectiva econômica, com indicadores relacionados ao acesso material e econômico, uma vez que há uma densa dinâmica entre exclusão/inclusão, envolvendo a dimensão simbólica da existência.” (ALMEIDA, DIAS e PETRAGLIA, 2010, p. 172).

A articulação entre educação e inclusão social/escolar aparece como fator de suma importância para inserção das populações que pertencem a camadas sociais subalternizadas⁸ visarem potencializar a sua emancipação social.

O ministério da educação lança em 2003 o Programa de Educação inclusiva: direito a diversidade, que tem por objetivo transformar o sistema de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo formação a gestores e educadores. No ano seguinte o Ministério Público Federal divulga o documento: o *acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino*, objetivando ampliar os conceitos inclusivos, e reafirmando os benefícios da escolarização do aluno com ou sem deficiência.

Segundo Mantoan (2006), não basta fazer valer o direito a educação para todos e limitar-se a cumprir a lei e aplicando-a sumariamente às situações discriminatórias, é necessário um entendimento mais profundo da questão justiça,

⁸ Entendemos por *camadas sociais subalternizadas* àquelas camadas que, na atual organização social, são desprovidas do pleno acesso aos bens sociais, econômicos e culturais para o atendimento das suas demandas subjetivas e ao usufruto de uma formação cultural. Aqueles, os subalternizados que sofrem a ação e a tutela de *outrem*, por sua vez, encontram-se à margem das políticas públicas permanentes mais amplas e tornam-se dependentes de políticas pontuais ou emergenciais de ação social. O surdo em muitos casos pertence a essa camada social, pois, quando não é atingido por políticas públicas competentes, em certos casos, acaba sendo marginalizado pela sociedade, tonando-se um subalterno. É a este processo de exclusão por *outrem* que nos referimos quando falamos de *camadas sociais subalternizadas*.

não apenas pelo fato de nascerem todos iguais, mas é preciso haver uma extensão desse valor para realmente acolher a todos na escola de forma igualitária.

No âmbito da escola inclusiva avanços foram alcançados, inclusive em 2006. Neste ano a ONU aprovou a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, convenção essa que o Brasil foi signatário, e tem por objetivo assegurar um sistema de Educação inclusiva em todos os níveis de ensino, inclusive o ensino superior. No mesmo ano a Secretaria dos Direitos Humanos e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos humanos, no qual sua finalidade é de fomentar, no currículo da Educação Básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações positivas que favoreçam a inclusão.

Alguns pensadores como Vygotsky afirmam que a presença dessas crianças na escola é muito importante, desde que esse contato com os colegas contribua para o seu crescimento intelectual. Este contato deve ter vertentes comunicativas e cognitivas, sendo a linguagem e o pensamento faces da mesma moeda. Eis a importância fundamental da linguagem de sinais e a inclusão das crianças nas comunidades surdas.

Segundo a UNESCO, o princípio da educação inclusiva é de que todas as crianças podem e devem aprender juntas⁹, ajudando-se mutuamente em suas dificuldades.

Neste sentido, ao discorrer sobre a educação pretendida para a atualidade inclusiva, (DELORS 2005, apud, BASTOS, 2008, p. 18)¹⁰ apresenta os quatro pilares que devem ser a base da educação: aprender a conhecer, a aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Para Bastos (2008), os quatro pilares podem ser explicados da seguinte forma: o primeiro deles, aprender a conhecer, enfatiza a necessidade de abertura para o novo e o constante processo de aprendizagem. Naturalmente, o ensino proporciona a aprendizagem de saberes necessários à apreensão do mundo que rodeia o educando. O segundo pilar, aprender a fazer, decorre do primeiro, pois conhecer e fazer se constituem em componentes imbricados no processo de ensino-aprendizagem. Refere-se à capacidade de

⁹ É importante evidenciar que em primeira abordagem há um impedimento linguístico.

¹⁰ Relatório elaborado para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), fruto das discussões da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI.

mobilizar os conhecimentos construídos frente a numerosas situações. O terceiro pilar é aprender a viver juntos. Refere-se à aprendizagem de conhecimentos que possibilitem a compreensão de si mesmo e do outro, percebendo as interdependências e semelhanças entre os seres humanos. O quarto e último pilar, aprender a ser, exercita o autoconhecimento. É através do reconhecimento do nosso próprio ser que passamos a conhecer a complexidade da natureza humana. Essa percepção conduz a uma verdadeira confiança de si próprio.

Para Delors, (1998), esses quatro pilares devem estar presentes na política de melhoria da qualidade da educação inclusiva, pois eles abrangem o ser em sua totalidade, do cognitivo ao ético, do estético ao técnico, do imediato ao transcendente.

Com base nos quatro pilares a cima mencionados, a educação inclusiva está intimamente ligada a ideia dos pilares da educação, pois, existe a preocupação da integração entre todos os agentes da educação. A relação entre alunos é evidenciada e priorizada para uma melhor convivência no âmbito escolar e social.

A inclusão não significa apenas estar dentro da escola e preciso que sua forma de aprender seja respeitada e que o convívio com os colegas favoreçam para o seu crescimento pessoal.

Segundo Machado, (2008), “a sociedade inclusiva deve ser constituída levando-se em consideração a infinidade de diferenças que as pessoas possuem umas em relação às outras”. Após todas essas leis, decretos e programas para fomentar as ações inclusivas nas escolas notaram-se um relevante aumento na procura de matrículas para educandos com alguma necessidade específica.

Segundo o censo/2006, houve um aumento de 640%, nas matrículas de especiais incluídos no sistema regular de ensino, esse número passou de 43.923 alunos em 1998 e para 325.316 alunos incluídos em 2006. Sem dúvida foi um crescimento muito relevante, os números nos indicam que realmente há uma grande procura por parte das famílias dos alunos com necessidades específicas, que querem ver seus filhos e parentes estudando em escolas regulares, o que está faltando são as escolas se preparem melhor para receberem e realizarem um bom trabalho com estes educandos.

5. METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho é de caráter qualitativo, que objetiva coletar dados por meio de entrevistas semi estruturadas para uma amostragem de dois ex-alunos, e dois professores do curso de PROEJA bilíngue de informática, do Instituto Federal Campus São José. A coleta de informações sobre o curso foi realizada através de entrevista com os professores e obtenção de vídeos com depoimentos dos educandos surdos sobre o curso. Os vídeos foram realizados pelo Campus São José, na ocasião da formatura dos alunos do PROEJA, numa tentativa de registro histórico dos eventos e para a obtenção de um relato dos educandos surdos sobre sua passagem pelo curso PROEJA.

A visita ao Campus São José, foi realizada no segundo semestre de 2011, na oportunidade foram realizadas as entrevistas com perguntas abertas, aos professores, Dr. Paulo Cesar Machado e Dr^a. Mara Lúcia Masutti (ambos os professores do PROEJA Bilíngue, no IF-SC, São José). Na oportunidade se teve acesso aos depoimentos dos educandos surdos que já haviam concluído o curso.

Essa pesquisa buscou mapear os ex-alunos em situação de inclusão, bem como analisar e problematizar as representações e discursos sobre os sujeitos incluídos, seus direitos, suas demandas e sua presença nessa instituição.

Trata-se, portanto, de um estudo qualitativo, pois, segundo Goldenberg (1997 p. 16), “os métodos qualitativos poderão observar como cada indivíduo, ou instituição vivencia a realidade da pesquisa.” Assim, a pesquisa qualifica as técnicas e os procedimentos necessários para as respostas que se quer alcançar. Cada pesquisador deve estabelecer os procedimentos de coleta de dados que sejam mais adequados para o seu objeto particular. “O importante é ser criativo e flexível para explorar todos os possíveis caminhos e não reificar a idéia positivista de que os dados qualitativos comprometem a objetividade, a neutralidade e o rigor científico.” (GOLDENBERG, 1997, p. 17). Desse modo a referida metodologia pode oferecer um panorama qualificável da situação da Instituição de Ensino e alunos pesquisados.

6. CONTEXTUALIZAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - CAMPUS SÃO JOSÉ E O CURSO PROEJA BILÍNGUE.

A presente pesquisa foi realizada no IF-SC, Campus São José, que atende por volta de 1.100 alunos em cursos presenciais. O Campus São José do Instituto Federal de Santa Catarina, implantado em 1988, é responsável pela educação profissional e tecnológica na região metropolitana da Grande Florianópolis, procura inteirar-se das características e condições de trabalho presentes na microrregião e nelas envolver-se.

A Instituição direciona sua atuação/intervenção para a necessária qualidade na formação dos profissionais que capacita, como também procura estruturar o perfil dos profissionais em função das necessidades e carências do mundo do trabalho que circunda a Instituição.

A atualização e modernização da Instituição se efetivam pelas mudanças curriculares nos cursos técnicos, nos cursos de graduação tecnológica e nos cursos de pós-graduação lato sensu existentes, bem como na ampliação de novos cursos. (SITE IF-SC, 2011)

O Campus São José oferece, desde sua criação, cursos técnicos em Refrigeração e Ar Condicionado e em Telecomunicações. O Campus possui uma na sua grade curricular a matriz, “Cultura Geral” que oferta Ensino Médio Propedêutico e nessa área oferece também Educação para surdos nos níveis de formação continuada, educação de jovens e adultos bilíngue, ensino médio bilíngue e especialização em tradução e interpretação libras/português. O Campus oferece também o Curso Superior de Tecnologia em Redes Multimídia e Telefonia. O referido local possui 15 salas de aulas, sete laboratórios de Telecomunicações, sete laboratórios de Refrigeração e Ar Condicionado e três laboratórios de Cultura Geral, contando atualmente com mais de 6.000 m² de área construída, sua estrutura compreende laboratórios equipados, auditórios, biblioteca, atendimento médico-odontológico, salas de aula, quadras de esportes e uma moderna rede de computadores ligados à Internet, permitindo amplas possibilidades de pesquisa. Além disto, conta com professores habilitados, e com um moderno suporte pedagógico para acompanhamento dos alunos através de orientadoras educacionais, psicóloga e assistentes sociais.

O IF-SC – Campus São José – está organizado em três áreas de ensino. A área de *Cultura Geral, que citamos acima, organiza* seus cursos preocupando-se em formar o educando de forma integral, propiciando além do conhecimento tradicional, vivências políticas, sociais, culturais e científico-tecnológicas. Desta forma, o seu capacitado corpo docente proporciona um ambiente adequado para o desenvolvimento pleno da cidadania. Esta área oferece também educação para surdos nos níveis de formação continuada, educação de jovens e adultos bilíngue, ensino médio bilíngue e especialização em tradução e interpretação libras/português. A área de Refrigeração e Ar Condicionado dedica seus esforços para atender a elevada demanda por mão-de-obra qualificada para climatização de ambientes e conservação de alimentos. Oferece, ainda, o Curso Técnico de Refrigeração e Ar Condicionado pós-médio e também Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), para pessoas que não têm o ensino médio. E a terceira, a área de Telecomunicações que possui um centro de excelência na difusão das novas tecnologias em telefonia e redes de computadores e oferece Cursos Técnicos pós-médio em Telecomunicações (Redes e Telefonia) e Curso Superior de Tecnologia em Redes Multimídia e Telefonia. (Site IF-SC).

No ano de 2008 inicia no Campus São José o Curso de Ensino Fundamental Bilíngue Libras-Português com profissionalização em Informática Básica, o Proeja Bilíngue. Que teve sua formatura no dia 29 de julho de 2010, nesta ocasião se formaram 14 estudantes surdos do Campus São José.

Segundo informações retiradas do site oficial da instituição,

“o curso atende a pessoas que ficaram longo tempo fora da escola. A formatura, realizada no próprio campus, foi a última do curso em São José, já que o Campus Palhoça Bilíngue será implantado para atender os estudantes surdos. “Estou muito feliz por ter chegado até aqui”, conta a costureira Andréia Lúcia Bernardo, 37 anos, uma das formandas. (SITE IF-SC, 2010)

Deste modo, o Campus Bilíngue de Palhoça assume a responsabilidade de formar as novas turmas de Proeja Bilíngue da região metropolitana de Florianópolis e regiões vizinhas.

Com a conclusão do curso de nível fundamental, os formandos do PROEJA bilíngue podem optar por fazer o ensino médio em qualquer instituição de ensino,

inclusive almejar a educação superior. “Eu quero fazer faculdade”, diz Jarbas de Oliveira Prazeres, 30 anos, empregado dos Correios e formado no curso PROEJA Bilíngue.

Neste curso PROEJA, o grande diferencial é encontrado nos próprios alunos. Algumas histórias de vida são surpreendentes. Como podemos constatar com algumas informações retiradas do site do IF-SC; Vilmar Faria Júnior, por exemplo, é morador de rua há 11 anos (está com 33 anos de idade). Natural de Barra Velha, no Norte do Estado, ele já morou em Itajaí, Santo Amaro da Imperatriz e Caxias do Sul (RS) e hoje dorme no Terminal Rodoviário Rita Maria, em Florianópolis. “Tenho vontade de terminar o segundo grau [ensino médio] também e fazer cursos nas áreas de informática e de Libras [língua brasileira de sinais]. De repente, posso ser professor de Libras”, planeja Vilmar, que afirma ter dificuldade em encontrar emprego fixo por ser surdo. “Pouca gente entende a língua de sinais e tem paciência para tentar se comunicar”, lamenta.

O diretor-geral do Campus São José, Jorge Luiz Pereira, lembra que o campus já atende a estudantes surdos há 20 anos. “Hoje temos ex-alunos que são empresários, professores... Isso mostra o resultado desse trabalho”, afirma. Para a pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IF-SC, Maria Clara Kaschny Schneider, a formação de estudantes surdos é um exemplo de como o Instituto Federal cumpre sua missão de promover a inclusão social. “Formar alunos como eles é um desafio e motivo de muito orgulho para nós”, destaca. (SITE IF-SC, 2010)

6.1. Entrevista com professores

As entrevistas foram feitas com dois professores do curso de PROEJA Bilíngue, do Instituto Federal de Santa Catarina, Campus São José. Os professores que participaram desta entrevista colaborando com nosso trabalho foram: A Professora Dr^a. Mara Lúcia Masutti e o Professor Dr. Paulo Cesar Machado, ambos os professores lecionaram para os alunos do curso PROEJA Bilíngue, que é o nosso foco da nossa pesquisa. Em seguida colocaremos alguns trechos da entrevista que nos foi concedida gentilmente pelos professores a cima mencionados.

Você pode descrever qual o perfil dos alunos do PROEJA Bilíngue, Campus São José?

Prof. Dr. Paulo Cesar Machado - O perfil do aluno do PROEJA Bilíngue Campus São José, é de muita vulnerabilidade econômica, a grande maioria trabalha em empregos considerados simples, geralmente prestadoras de serviços. Com relação à aprendizagem era uma turma muito heterogênea, moças e rapazes de várias idades. E perfil de informação era muito variado do ponto de vista linguístico, alguns dominavam a Língua de Sinais (LIBRAS) e outros não. Esse não aprendizado da LIBRAS geralmente acontecia pelo seu isolamento, devido sua condição de surdo. E no decorrer do curso os alunos processualmente adquiriam a LIBRAS, pois, na grade curricular do curso também existia a disciplina de LIBRAS. Então o curso se tornou um grande laboratório para os alunos desse curso.

Profª. Drª. Mara Lúcia Masutti - Essa turma de PROEJA trouxe muitos elementos da comunidade surda. Em primeiro lugar era um grupo que não teve acesso a nenhuma forma de escolarização, então, de fato se percebe um grau de exclusão muito grande em termos afetivos, em termos culturais, e que são jovens e adultos que estão no mercado de trabalho. Com trabalhos que estabelecem determinados pré-requisitos para exercer essas determinadas funções, esses pré-requisitos não estão colocados ao desenvolvimento da própria linguagem e do próprio processo de interação social. Então, eles assumem esses lugares, que ficam à margem da sociedade, pois, o processo de socialização dos surdos fica sempre defasado no âmbito do trabalho também. Essa turma de PROEJA não se distingue das demais comunidades surdas, pois, as relações do trabalho são prejudicadas, até por não ter uma comunicação com os próprios familiares. Ou seja, a comunicação é completamente defasada até mesmo no âmbito familiar. Inclusive outro aspecto desse grupo, foi o não desenvolvimento do português como segunda língua.

Segundo os educadores, o perfil dos educandos do *PROEJA Bilíngue* Campus São José, é de muita vulnerabilidade econômica, com relação à aprendizagem era uma turma heterogênea, com variação de sexo e idade. Porém a maioria não teve acesso a alguma forma de escolarização. O que reforça a tendência de exclusão social das pessoas com necessidades específicas. São jovens e adultos que estão no mercado do trabalho e do ponto de vista linguístico,

alguns tinham domínio de LIBRAS e outros não, fato explicado pelo seu isolamento na sua condição de surdo.

Você pode destacar quais os principais motivos que levam o aluno surdo a fazer o curso PROEJA?

Prof. Dr. Paulo Cesar Machado: Eles queriam adquirir o conhecimento, eles se sentiam isolados, pela barreira linguística, então sendo o curso bilíngue, todos se sentiam motivados, pois, as barreiras da comunicação não eram mais um fator que impedia a sua estadia no campus. Eles consideravam o campus como referência de socialização.

Prof^a. Dr^a. Mara Lúcia Masutti: Não se pode tirar do contexto essa turma do PROEJA, em relação a educação de surdos. O curso PROEJA Bilíngue, propiciou o florescimento de uma cultura de educação de surdos no Instituto Federal, que se tornou um ponto de referência para os surdos, que queriam acessar a essa instituição. Assim, recuperar a esperança de ter uma escolarização que sempre foi negada em outros espaços. Dessa forma os alunos satisfeitos com a forma que foram acolhidos, começaram a divulgar o Curso e a Instituição, ampliando assim o atendimento aos surdos. Esse bom resultado se instaurou pela política muito clara, no sentido de atender essa demanda, o próprio Campus São José tinha essa percepção da necessidade de acolher esses alunos.

O instituto federal tornou-se um referencial para os educandos surdos que queriam ter uma escolarização, mas, que sempre foi negada em outros espaços. Uma vez que o IF-SC tem uma política muito clara no sentido de atender e incluir os alunos surdos.

Como você avalia a acolhida dos Educandos surdos no curso PROEJA Bilíngue ofertado pelo IF-SC, Campus São José?

Prof. Dr. Paulo Cesar Machado: O curso já estava sendo preparado há muito tempo, quando os alunos chegaram já havia uma maturação por parte dos profissionais, “comparado com outros tempos”, estávamos bem mais próximo da realidade dos alunos, e suas dificuldades. Fiquei muito satisfeito com a acolhida do aluno surdo pelo Campus e pelo próprio curso PROEJA, a infra-estrutura era

adequada, às questões linguísticas foram bem atendidas, com as interpretes junto conosco. Foi bem interessante e satisfatório.

Prof^a. Dr^a. Mara Lúcia Masutti: Bom, quando olhamos para uma turma de alunos surdos dentro de uma escola de ouvintes, existe uma diferença dentro do contexto escolar. Se houve uma boa acolhida, esse bom desenvolvimento deles, no processo de escolarização, isso é relativo, depende do ângulo que você olha. Pois, se olharmos o processo interativo do PROEJA a turma em si, o processo de socialização que os alunos fazem com seus pares, nesse sentido foi perfeito. Quem vivenciou aquela turma pode perceber o quanto foi relevante pra eles os processos interativos estabelecidos dentro daquele espaço de aula. O processo de adaptação, com os próprios professores, no mundo de escolarização foi realmente um processo intenso de aprendizagem. Porém, em relação a outros aspectos, como por exemplo: como essa turma interagia com o conjunto da escola, esse é outro tipo de questão, que está muito longe de ser solucionada. É preciso ter ações institucionais que analisem outras variáveis do processo. É necessário estabelecer novas relações com o conjunto, com o tecido escolar, que é justamente o que intenta o Campus bilíngue de Palhoça. Que surge exatamente com a perspectiva de que este desenvolvimento do surdo, se de por “n” vertentes. Para que haja uma educação efetiva, temos que analisar como a própria pedagogia relacionada às diferenças pode ser estabelecida. E para que ela ocorra, são necessários movimentos que ultrapassem questões relacionadas à sala de aula. É nesta perspectiva que surge a necessidade de uma interação entre ensino, pesquisa e extensão, que foi iniciada no Campus São José.

Para os educadores a acolhida dos alunos surdos foi satisfatória devido a preparação prévia do curso PROEJA Bilíngue, houve uma significativa maturação por parte dos profissionais, pois, segundo Machado (2008), existe no IF-SC/SÃO JOSÉ, duas concepções por parte dos profissionais ouvintes que trabalham na instituição. A primeira que professa a impossibilidade do surdo em aprender, e a segunda que o aluno surdo deveria ser trabalhado em escolas especiais.

“confrontando essas concepções, que excluem o surdo da escola de ouvintes, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (Lei nº 9.394/96), a qual prescreve que as crianças “portadoras de necessidades

educativas especiais” devem ter sua escolaridade atendida, fundamentalmente, pela escola regular,” (Machado, 2008 p. 22).

Então, segundo os educadores entrevistados, esta acolhida satisfatória se deve a infra-estrutura agora adequada às questões linguísticas, aos interpretes que estão juntos em sala de aula e a capacitação dos docentes e funcionários. Resultando em intenso processo de aprendizagem para todos os envolvidos.

Então, em suma, o campus Bilíngue em Palhoça será uma macro estrutura para desenvolver o processo de ensino, pesquisa e extensão?

Prof^a. Dr^a. Mara Lúcia Masutti: Essa é exatamente a idéia do campus Bilíngue. No momento atual surge a necessidade de políticas públicas que devem ser estabelecidas para além de uma micro estrutura de uma sala de aula, como a idéia de integração, que era entendida como colocar o educando surdo junto com o ouvinte. *A questão não é essa, se é turma só de surdo, ou se é junto com os ouvintes.* A questão é exatamente como é que se constrói um processo de socialização partindo de uma forma de elaboração de um sujeito. E *assim*, desenvolvimento de profissionais que pensem nessa questão a partir desse tipo de relação estabelecida, com o conhecimento, com a forma de estabelecer conhecimento.

Segundo a educadora entrevistada o novo Campus Bilíngue de Palhoça, contemplará de forma mais abrangente a educação do surdo, pois, terá uma estrutura mais adaptada e preparada para essa finalidade. Tendo como base o tripé ensino/pesquisa/extensão, para compreender melhor os processos de interação, socialização e aprendizagem do aluno surdo. Desta forma objetiva-se instalar no Campus Bilíngue um espaço de pesquisa, mas, que também seja uma referência para a comunidade surda.

Como você avalia o índice de participantes, nos cursos PROEJA para alunos surdos, que são ofertados pelo seu Campus?

Prof. Dr. Paulo Cesar Machado: Quando se trata de alunos surdos, existe a necessidade de incentivar a participação nos cursos, não é familiar para o surdo, o

gesto de ir à escola, é uma questão “cultural” o surdo fica a margem da sociedade, e eles não acreditam que as escolas possam se adequar as suas condições.

O educador ressalta que é preciso tempo para que os educandos surdos assimilem a ideia de participar desses cursos, uma vez que, historicamente e culturalmente, eles vivem marginalizados e não frequentam nenhuma instituição formal de Educação.

Em sua opinião os cursos do PROEJA, já realizados no seu Campus (São José-SC), cumpriram seus objetivos de integração social e inserção do surdo no mercado de trabalho?

Prof. Dr. Paulo Cesar Machado: Contribuiu muito, os alunos eram muito diferenciados, a interação para alguns teve resultado direto, e eles queriam muito aprender a dominar o português escrito, para melhorar suas relações no trabalho.

Prof^a. Dr^a. Mara Lúcia Masutti: Essa questão é muito subjetiva. Foi uma melhora significativa, posso colocar que em relação ao o que eu observei frente a como eles chegaram, ao que eles desenvolveram, ao longo dos dois anos, e como eles saíram, foi um passo gigantesco. A forma de olhar uma escola diferente, a forma de almejar outros espaços educacionais e espaços sociais, estava colocado e expresso por eles. E também o próprio reconhecimento e carinho que manifestaram em relação à própria instituição, essa questão é muito importante.

Todo processo de implantação do curso bilíngue do PROEJA, favoreceu o bom desempenho dos educandos surdos, e ambos os educadores, confirmaram que o curso cumpriu de forma satisfatória seu papel educador e integrador. E houve uma melhora significativa na questão de comunicação e nas suas relações sociais e profissionais.

Em seu percurso como professor (a) do PROEJA Campus São José, teve algum caso em especial que lhe chamou atenção pela melhora da qualidade de vida

do aluno, cujo resultado alcançado teve como referência principal o curso PROEJA do referido Campus?

Prof. Dr. Paulo Cesar Machado: O próprio discurso dos alunos confirmava a melhora nas relações sociais. O curso proporcionou melhores condições nas relações de trabalho. “Teve uma moça”, que se chamava Andréia, muito boa aluna por sinal, ela passou por várias crises profissionais, ela trabalhava com costura, então suas relações foram melhorando..., ao longo do curso ela conseguiu se expressar melhor, e conseguiu entender melhor as questões de direitos trabalhistas. Enfim, estava mais resolvida, ela ficou bem realizada.

Então, o curso proeja melhorou a vivência social e profissional dos alunos surdos?

Prof. Dr. Paulo Cesar Machado: Muito, eles mesmos davam seus depoimentos de que o curso foi muito bom e melhorou muito a vida deles, e conseqüentemente suas relações sociais.

Prof^ª. Dr^ª. Mara Lúcia Masutti: Com certeza. Até mesmo em relação ao processo de reeducação de formas de lidar com o outro, o campo de negociação que eles tiveram que fazer, de relações interpessoais foi gigantesco. Foi muito interessante porque os conflitos emergiam, e no início eram determinados tipos de reações e não sabiam como lidar com essas situações. E por meio de um conjunto de mediações, que foram feitas por toda a equipe que estavam no PROEJA, como o próprio Campus São José, que passou também em certo sentido a intervir também nessas mediações. Isso os ajudou a assumir determinadas posturas relacionadas à forma de lidar com outro no dia-a-dia, isso foi muito interessante. O mais importante é que não mobiliza apenas os surdos a se adaptarem ao ambiente, mas fez com que os ouvintes pensassem nas suas relações, nas formas de lidar com o surdo, de se rever no seu processo de como trabalhar com as diferenças. Essas mudanças fizeram que o espaço da aula se tornasse uma aula de cidadania, isso é muito importante na forma de ver a diferença

Os educadores são unânimes em suas respostas e concordam que o curso conseguiu cumprir seu papel, favorecendo o aprendizado e melhorando a

comunicação, possibilitado uma melhora significativa nas relações sociais do surdo formado no PROEJA Bilíngue, Campus São José.

6.1.2. Avaliação do curso pelos educandos

Os educandos surdos avaliaram o curso a partir de vídeos produzidos com o objetivo de obter uma avaliação do curso PROEJA e da instituição, pelos educandos formados que já passaram pelo IF-SC/São José.

Educando (a): Olá. Bom, com relação à formação no IFSC/Campus São José, é muito bom, todos os alunos e “pessoas” juntos, unidos isto é prazeroso, também teve o progresso de todos. Todos os professores ensinam as disciplinas de forma clara. Nós aprendemos e progredimos através do esforço e nos sentimos animados através da interação que temos entre amigos, isso é aplausível, todos os amigos surdos estarem aqui, foi bom estar todos juntos até 2010 todos os amigos, beijo a todos.

Educando (a): Boa noite. Eu me sinto emocionada e tenho grande prazer em estudar no IFSC/São José, é muito bom ter contato com todos os surdos, e também sinto muita felicidade em poder estudar, também agradeço os professores (citando os sinais dos professores) gostei muito de aprender palavras. Adoro o IFSC muito, sei que esta perto do fim do curso, mesmo assim gosto muito de vocês. Boa noite.

Tradução: Prof. Ramon Cunha - Professor e Interprete do IFSC, Campus Araranguá

Na primeira avaliação, pode-se perceber que realmente o curso cumpriu com seu objetivo facilitando a interação entre a turma e também fora dela.

No segundo, o relato ficou claro que os educandos tiveram um crescimento pessoal significativo após seu ingresso no curso, porém deve-se destacar que houve um esforço pessoal de cada um e a ajuda dos profissionais, propiciaram a obtenção de bons resultados.

6.2. Identificação de mudanças: Resultados e Discussão

Quanto ao perfil do aluno do curso PREJA bilíngue do Campus São José, podemos concluir que são alunos de diferentes faixas etárias, trabalhadores ou desempregados, que chegam cansados do emprego ou sem perspectiva de vida e que necessitam de um ambiente acolhedor e confortável. São oriundos de diferentes locais da cidade, de diversas etnias e pertencentes a diferentes camadas sociais com predomínio de alunos de baixa renda moradores das periferias. E que na sua condição de pessoa surda encontra sérios problemas de comunicação e adaptação, em uma sociedade que ainda não se encontra preparada para a inclusão dessas pessoas, como sujeito de direitos.

Deste modo, o curso PROEJA bilíngue, busca encontrar meios de incluir o surdo em um mundo de ouvintes. Desta forma o referido curso se torna um elo entre o surdo e a possibilidade de exercer seu direito de cidadão.

Pode-se perceber que realmente o trabalho desenvolvido pelo PROEJA Bilíngue – Campus de São José foi eficaz em seu objetivo de tornar educandos surdos, membros atuantes da sociedade. Através dos relatos dos professores foi possível perceber que houve significativas melhoras no aprendizado e nos relacionamentos, não só com outros surdos, mas também com os ouvintes, facilitando seu cotidiano, seja no trabalho ou nas mais variadas situações na sua vida social.

Também foi possível observar com os relatos que houve mudanças na vida pessoal de cada um, pois, ingressavam no curso sem muita expectativa e deixavam o curso se sentindo capazes de encarar os desafios impostos pela sociedade, inclusive no mercado de trabalho.

A estrutura do instituto foi adaptada para receber esses educandos com necessidades específicas e os profissionais foram capacitados com o intuito de receberem melhor esse alunado. O resultado do trabalho do curso PROEJA Bilíngue foi positivo, uma vez que conseguiram atingir os objetivos quanto à formação dos alunos surdos, que saíram satisfeitos com a instituição e com os profissionais que ali trabalham.

Através dos resultados obtidos pelas entrevistas e vídeos, conseguimos um panorama da situação de inclusão dos alunos que frequentaram o curso PROEJA do IF-SC, Campus São José. Relacionando as opiniões de alunos e professores, podemos constatar que o curso PROEJA atingiu seu objetivo de integrar o aluno

surdo na instituição escolar. Pois, segundo o professor Paulo Machado, em entrevista, relata que *“outros surdos vieram através dos próprios alunos, que entraram e começaram a divulgar a instituição, dentro da própria comunidade.”*

Como podemos observar o Instituto Federal, se tornou uma referência para comunidade surda. Para reforçar as palavras do professor Paulo, a aluna Andréia que fazia parte dessa turma de PROEJA diz, em entrevista que, *“me senti muito feliz em ter a oportunidade de estudar no Instituto e ter contato com outros surdos e conviver com os ouvintes, sendo respeitada.”* Segundo o relato, ver o crescimento pessoal, conquistado após muito esforço trazia animação e facilitava a interação.

Segundo a Professora Mara Lúcia Masutti, em entrevista diz que, *“no processo de socialização, que fazem com seus pares - nesse sentido foi perfeito, quem vivenciou aquela turma pode perceber o quanto foi relevante para eles os processos interativos estabelecidos dentro daquele espaço de aula. O processo de adaptação com os próprios professores no mundo de escolarização. Então... foi realmente um processo intenso de aprendizagem. Com relação à interação com o conjunto da escola, isso é outro tipo de questão que está muito longe de ser solucionada. Teremos que ter ações institucionais que dessem conta de outras variáveis do processo, para estabelecer novas relações no âmbito escolar.”*

Nesta perspectiva a professora cita o pólo bilíngue de Palhoça do Instituto Federal, como um campus que pode trabalhar de forma mais intensa, as relações sociais entre surdos e ouvintes. Pois, segundo a professora a trilogia ensino/pesquisa/extensão, é forte aliada para encontrar meios pedagógicos, que possam auxiliar na vida do sujeito surdo e nas suas relações sociais. Então, é possível constatar que os alunos e professores estão convictos que houve uma melhora significativa na vida dos sujeitos surdos que se formaram no curso PROEJA Bilíngue.

Porém, os professores ressaltam que ainda há muito, o que ser feito para uma real inclusão, e acreditam que o campus bilíngue possa contribuir com inovações pedagógicas, alicerçadas no tripé ensino/pesquisa/extensão, que centralize as relações dos sujeitos surdos na sociedade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os alunos do PROEJA são pertencentes a grupos de pessoas que já passaram pela escola ou não e, por algum motivo, foram excluídos da oportunidade de escolarização. Esses alunos buscam na escolarização além do resgate de sua formação, um espaço de socialização. Uma vez que a escola é sem dúvida um importante e decisivo espaço de convivência. Nessa perspectiva, o retorno à escola, assume outro papel importante para a sociedade à medida que pode propiciar além da reintegração escolar a reintegração social.

A oferta de escolarização de qualidade para jovens e adultos surdos, significa superar os problemas históricos da exclusão escolar, assim, reforça a necessidade de planejamento dos espaços e das condições físicas na oferta dessa e de todas as modalidades de ensino.

A busca de qualidade reforça a necessidade de planejamento e da adequação dos espaços e das condições físicas e pedagógicas para a oferta de todas as modalidades de ensino, e o compromisso das escolas com a inclusão dos jovens e adultos trabalhadores.

Assim, podemos dizer que o PROEJA, tem como objetivo possibilitar aos alunos excluídos, e a outros segmentos da sociedade, a reentrada no sistema educacional, dando-lhes a condição de escolarizado e possuidor de conhecimentos sistematizados. Faz-se necessário que além da formação de docentes para a área de educação de Jovens e Adultos, sejam oferecidos ambientes adequados tanto no que se refere aos ambientes pedagógicos, propriamente ditos, como Salas de Aula, Laboratórios e Oficinas, como também áreas destinadas a Lazer e Esportes, que terão importância para a socialização e a construção da auto-estima dos alunos.

A inclusão das pessoas com necessidades específicas, em nossas escolas regulares é um desafio para o governo e a sociedade, pois implica em mudanças físicas e pedagógicas, para que o indivíduo possa ser bem recebido. Porém através da pesquisa e visita realizada ao *Campus São José*, *pode-se perceber que com investimentos corretos e capacitação dos profissionais da educação poderemos sim alcançar bons resultados quando o assunto é inclusão, pois, os educandos formados nesta instituição de ensino recebem tratamento adequado e concluíram o curso satisfeitos com o resultado.*

Somente através da inclusão é possível construir um novo tipo de sociedade, segundo Sasaki(1997) a inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes.

Neste contexto, podemos concluir que os alunos do curso PROEJA Bilíngue do Campus São José, consideram o Instituto Federal, como uma referência para a comunidade surda. Entretanto, é destacada pelos professores que no momento histórico em que se vive, o ambiente educacional que pode reunir todos os aspectos da inclusão é uma instituição que esteja preparada para trabalhar com todos os alunos respeitando suas individualidades e necessidades.

Assim, será possível perceber mais claramente em que consiste a diferença e como trabalhá-la, trazendo à tona a necessidade de novas construções pedagógicas, numa síntese política e linguística, pois só elas darão suporte a uma inclusão social de fato.

O Campus bilíngue, segundo os professores será essa instituição que poderá encontrar melhores caminhos para uma prática pedagógica voltada à inclusão dos surdos. Fica evidenciado então, que apesar dos avanços obtidos pelos alunos surdos do curso PROEJA, ainda há muito que ser feito. Os alunos se dizem satisfeitos como foram acolhidos e aprovam a metodologia aplicada pelos professores.

Contudo, segundo os professores, para uma real inclusão ainda há certa necessidade de buscar práticas que evidenciem os aspectos culturais e sociais do aluno surdo, para continuar em busca de ações inovadoras em prol da melhora de vida do aluno surdo e sua socialização. Em suma, foi possível verificar a importância, que o curso assumiu perante os alunos surdos, pois auxiliou os mesmos a assumirem determinadas posturas relacionadas à forma de lidar com o outro no dia-a-dia, valorizando uma boa relação social em todos os âmbitos. O curso mostrou caminhos para que os ouvintes pensem e repensem as suas relações nas formas de interagir com o outro, proporcionou meios para que possam se entender no processo de adaptação no meio social.

Neste contexto, podemos afirmar que o curso PROEJA Bilíngue, Campus São José está realizando seu trabalho de inclusão de forma positiva, propiciando assim, uma vida melhor para os alunos surdos, que fazem e fizeram parte das turmas de PROEJA do referido Campus.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Letícia C. & BOLLMANN, Maria da Graça N. **Movimentos sociais em educação e suas contribuições à política educacional brasileira.** In: Movimentos educacionais e educação de adultos na Ibero-América: lutas e desafios/Antônio Teodoro & Edineide Jesine (organizadores). – Brasília: Liber Livro, 2011. 288p.

ALMEIDA, Cleide; DIAS, Elaine T.; PETRAGLIA, Izabel. O PROUNI e a inclusão social. **Prometeu desencantado.** Educação Superior na Ibero-América. Organizado por José Eustáquio Romão e Ivanise Monfredini. – Brasília: Liber Livro, 2010.

BASTOS, Fernanda. S. **A contribuição da universidade para a formação do sujeito.** Disponível em:< <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/323>>. Acesso em: 18 de julho de 2011.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996** – Diário oficial da União,20/12/96.

CARVALHO, M. E. P. **Family-school relations: how enhanced parental participation in school ingrain forces social inequality and undermines family autonomy.** Michigan, 1997. Tese (dout.) Dep. Teacher Education, Michigan State University.

CUNHA, Conceição Maria. **Discutindo conceitos básicos.** In: Salto para o futuro. Educação de Jovens e Adultos / Secretaria de educação a distancia. Brasília, Ministério da Educação, Seed,1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra,1979.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.**Rio de Janeiro:Record,1997.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 2ª Ed. São Paulo: Plexus, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. Disponível em:
<http://www.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1021:0408-if-sc-forma-estudantes-surdos-em-sao-jose&catid=2:ultimas>. Acessado em: 22 de dezembro de 2011.

MACHADO. Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

MANTOAN, Maria T. Eglér. PRIETO,Rosangela Gavioli. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo:Summus,2006.

OLIVEIRA, Liliane Assunção. / **Fundamentos Históricos, Biológicos e legais da Surdez**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.

PROEJA Em:<www.cefetop.edu.br/.../proeja.../documento_base_proeja_medio-1.pdf .Acessado em 24 de novembro de 2010.

Pessoti, I. (1984). *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: EDUSP.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da educação**. 5. Ed. São Paulo: Ática, 1996.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Política educacional do município de São Paulo: estudo sobre o atendimento de alunos com necessidades educativas especiais, no período de 1986 a 1996. 2000**. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2000.

ROSA, Suely Pereira da Silva. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil, 2003.

Santa Catarina, Secretaria de Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SIQUEIRA, A. B. **Alunos do PROEJA: Histórias de Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Campus Sapucaia do Sul. 2007**. Tese (Doutorado)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007, São Leopoldo.

APÊNDICES

APENDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM EDUCADORES

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA OBTENÇÃO DE DADOS DE AMOSTRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PROEJA – MESTRES

- 1- Você pode descrever qual o perfil dos alunos do PROEJA-FIC Campus São José?
- 2- Você pode destacar quais os principais motivos que levam o aluno surdo a fazer o curso PROEJA?
- 3- Como você avalia a acolhida dos Educandos surdos no curso PROEJA ofertado pelo IF-SC, Campus São José?
- 4- Você está satisfeito com a forma, como foi implantada a educação inclusiva em sua unidade de trabalho do PROEJA?
- 5- Você acha que o curso realizado no PROEJA atende as necessidades dos educandos surdos?
- 6- Como você avalia o índice de participantes, nos cursos PROEJA e PROEJA-FIC para alunos surdos, que são ofertados pelo seu Campus?
- 7- Na sua opinião os cursos do PROEJA, já realizados no seu Campus, cumpriram seus objetivos de integração social e inserção do surdo no mercado de trabalho?
- 8- Em seu percurso como professor (a) do PROEJA Campus São José, teve algum caso em especial que lhe chamou atenção pela melhora da qualidade de vida do aluno, cujo resultado alcançado teve como referência principal o curso PROEJA do referido Campus?